

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.740 - PE (2019/0358643-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**SUSCITANTE** : **USINA ESTRELIANA LTDA**  
**SUSCITANTE** : **DESTILARIA LIBERDADE LTDA**  
**SUSCITANTE** : **INTERNATIONAL COMMODITY TRADE S/A**  
**SUSCITANTE** : **CANALCOOL COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA**  
**SUSCITANTE** : **BOSTON LOCACOES LTDA**  
**ADVOGADOS** : **CARLOS GUSTAVO RODRIGUES DE MATOS - PE017380**  
: **PAULO ANDRÉ RODRIGUES DE MATOS - PE019067**  
: **GUILHERME PINHEIRO LINS E SERTÓRIO CANTO E**  
: **OUTRO(S) - PE025000**  
: **HIGOR JOSÉ ACIOLI DE OLIVEIRA - PE046409**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE RIBEIRÃO - PE**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO FEDERAL DA 26A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO**  
: **ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**INTERES.** : **FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, em que são suscitantes USINA ESTRELIANA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e OUTRAS e suscitados o JUÍZO DA VARA ÚNICA CÍVEL DA COMARCA DE RIBEIRÃO-PE e o JUÍZO FEDERAL DA 26A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

**Ação em trâmite no JUÍZO DA VARA ÚNICA CÍVEL DA COMARCA DE RIBEIRÃO-PE:** recuperação judicial das suscitantes.

**Ação em trâmite no FEDERAL DA 26A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:** execução fiscal n. 0807550-15.2018.4.05.8307 ajuizada pela FAZENDA NACIONAL.

**Conflito de competência:** alega, em síntese, que o juízo da recuperação judicial é o como único competente para decidir sobre atos de execução, constrição ou expropriação do patrimônio da recuperanda. Pleiteia, liminarmente, a suspensão dos atos de constrição determinados pelo Juízo Suscitado da 26ª Vara Federal de Pernambuco na execução fiscal n. 0807550-15.2018.4.05.8307.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDO.**

A jurisprudência desta Corte está assentada no sentido de que "apesar de a execução fiscal não se suspender em face do deferimento do pedido de recuperação judicial (art. 6º, §7º, da LF n. 11.101/05, art. 187 do CTN e art. 29 da LF n. 6.830/80), submetem-se ao crivo do juízo universal os atos de alienação voltados contra o patrimônio social das sociedades empresárias em recuperação, em homenagem ao princípio da preservação da empresa" (CC 114987/SP, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 23/03/2011).

No mesmo sentido: AgRg no AgRg no CC 81.922/RJ, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 04/03/2016; EDcl no AgRg no CC 137.520/SP, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 01/03/2016; AgRg no CC 136.844/RS, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 31/08/2015.

Dessa forma, embora a execução fiscal contra a empresa em recuperação judicial, em si, não se suspenda, devem ser coibidos atos judiciais que reduzam o seu patrimônio enquanto for mantida essa condição.

Forte nessas razões, DEFIRO parcialmente o pedido liminar a fim de suspender a prática, pelo JUÍZO FEDERAL DA 26A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO nos autos da execução fiscal n. 0807550-15.2018.4.05.8307, de atos que impliquem constrição ao patrimônio da suscitante.

Designo, por conseguinte, o JUÍZO DA VARA ÚNICA CÍVEL DA COMARCA DE RIBEIRÃO-PE para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Oficie-se aos Juízos suscitados, com urgência, comunicando-lhes e solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 29 de novembro de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

Relatora